



Instituto de Previdência Social de Angra dos Reis - ANGRAPREV
Conselho Deliberativo de Administração - CONSAD



ATA DE REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSAD
Nº 08 – 26/08/2025

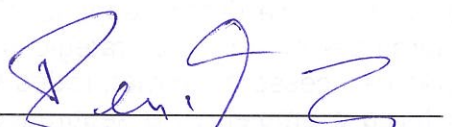
Às 14:24h (catorze horas e vinte e quatro minutos) do dia 26 de agosto de 2025, na sede do Instituto de Previdência Social do Município de Angra dos Reis – ANGRAPREV, demos início à 08ª reunião ordinária do Conselho de Administração no ano de 2025, estando presentes os membros do CONSAD, designados pelos decretos do Poder Executivo Municipal nº12.350/2021 e nº 12.818/2022, o Presidente do Instituto Sr. Carlos Renato Pereira Gonçalves, membro nato e os membros titulares Sr(s) Natália Cristine Dourado Rodrigues, Mayara do Nascimento Rosa, Charlson Haroldo S. Rodrigues, Mauro Ribeiro Garcia, André Gonçalves Malcher, Maria da Conceição Costa Fernandes e a suplente Tânia Gomes da Silva. Reuniram-se na sala de reuniões deste Instituto com o objetivo de discutir e analisar a seguinte pauta: **1 – Fiscalização dos Atos de Gestão: 1.1 - Examinar as atas das reuniões da Diretoria Executiva, do Conselho Fiscal e do Comitê de Investimentos; 1.2 - Acompanhar a execução dos investimentos. 2 - Desempenho Econômico-Financeiro: 2.1 – Desmembramento das Demonstrações Financeiras do mês de julho/2025. 3. Relatórios: 3.1 – Gestão Financeira; 3.2 – Pensões e Aposentadorias concedidas em julho/2025; 3.3. – Aprovação do Relatório do Controle Interno julho 2025; 3.4 – Aprovação da Atualização do Plano Anual de Auditoria Interna 2025; 3.5 – Aprovação da Política de Segurança da Informação e o Plano de Gestão de Risco e Segurança.** A presente reunião tratou de repassar ainda os informes mensais. Iniciada a reunião, o Diretor-Presidente do Instituto, Sr. Carlos Renato, cumprimenta a todos e passa a palavra a Secretária do Conselho, Sra. Mayara Rosa, e esta dá andamento a pauta da reunião. No 1º item da pauta foram apreciadas as atas da Diretoria Executiva, do Conselho Fiscal e do Comitê de Investimentos. Foi apreciada 01 (uma) ata de reunião da Diretoria Executiva, realizada em 11 de julho de 2025 (ata de nº 07/2025) na qual versou sobre a Consolidação das Leis do Angraprev, revisão da estrutura e atribuições e Informes Gerais. Em sequência foi apreciada 01 (uma) ata de reunião do Conselho Fiscal, realizada em 17 de julho de 2025 (ata de nº 07/2025) na qual versou sobre: Acompanhar as modificações normativas e regimentais do ANGRAPREV, da Diretoria Executiva, dos Conselhos de Administração e Fiscal e do Comitê de Investimentos; Avaliar eventual necessidade de alteração no Regimento Interno do Conselho; Examinar as atas das reuniões da Diretoria Executiva e do Conselho de Administração; Tomar conhecimento das Atas do Comitê de Investimentos; Avaliar a evolução dos passivos contingentes (civil, trabalhista, tributário, ambiental, dentre outros), o risco de perda e medidas de natureza jurídica adotadas pelo Angraprev; Acompanhar pendências demandadas pelo Conselho; Avaliar os membros da Diretoria Executiva; Reunir com o Comitê de Investimentos; Informes e/ou assuntos relevantes. Em prosseguimento foi analisada 02 (duas) atas de reuniões do Comitê de Investimentos realizadas em 22 de julho de 2025 (ata de nº 11/2025) e 24 de julho de 2025 (ata de nº 12/2025) as quais versaram sobre a Análise das vantagens da aquisição de títulos públicos federais no mercado primário, via leilão promovido pelo Tesouro Nacional; Deliberação sobre o resgate integral dos fundos BB Previdenciários RF Alocação Ativa Retorno Total FIC (CNPJ nº 35.292.588/0001-89) e Caixa Brasil RF Gestão Estratégica FIC FI (CNPJ nº 23.215.097/0001-55), com vista à

[Handwritten signatures and initials in blue ink, including a large signature that appears to be 'Mayara Rosa' and others.]

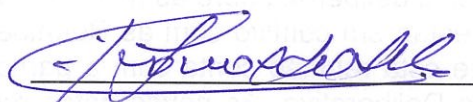
realocação das recursos para a compra de títulos públicos federais; Análise do eventual desenquadramento do fundo Bradesco FIC FIF REF DI Poder Público RL (CNPJ nº 07.187.570/0001-81); Deliberação sobre o resgate de R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais) do fundo Caixa Brasil Referenciado DI RI RF LP (CNPJ nº 03.737.206/0001-97); Conclusão da renovação do credenciamento da XP Gestão de Recursos Ltda. (CNPJ nº 07.625.200/0001-89) e o plano de desinvestimento do Fundo de Investimento Imobiliário (FII) Vector Queluz Lages Corporativas (CNPJ nº 13.842.683/0001-76). **Subitem 1.2**, os Srs. Matheus Fernandes Lopes e Pedro Causa, membros do Comitê de Investimentos, apresentaram as execuções financeiras e as estratégias utilizadas pelo Comitê. Nos últimos meses, o comitê realizou uma reestruturação significativa na carteira de investimentos, com o objetivo de garantir maior estabilidade e preservação do patrimônio. Inicialmente, cerca de 52% da carteira estava alocada em renda variável, hoje, esse percentual foi reduzido para 25%, sendo 18% em ativos com liquidez. Essa mudança permitiu migrar grande parte dos recursos para a renda fixa, estratégia definida como prioridade para a imunização da carteira, reduzindo os riscos de oscilações provocadas pelo mercado. Os resultados já podem ser observados: no acumulado até 18 de agosto, do corrente ano, observa-se um crescimento patrimonial na ordem de 63 milhões aproximadamente. Foi acrescentado que, nesse período, o Anraprev obteve índice de atingimento da meta atual de 124%, evidenciando a consistência da estratégia adotada. Os membros do COMIN ressaltaram o acerto do rearranjo da carteira, já que a rentabilidade obtida no acumulado dos últimos 4 anos (2021/2024), não alcançou a meta e nem superou a inflação. Entre as movimentações realizadas, destaca-se a aquisição de títulos públicos federais diretamente em leilão primário, o que eliminou custos de corretagem e custódia. A compra de títulos atrelados ao IPCA + 8,20% garantiu rentabilidade muito acima da meta estipulada de IPCA + 5,17%, assegurando retornos consistentes até 2028, já que tais ativos foram marcados na curva, conferindo maior previsibilidade no rendimento e evitando a volatilidade típica do mercado. Outro ponto relevante foi a redução da exposição a fundos de alto risco, com resgates integrais de aplicações que não apresentavam desempenho satisfatório. Os recursos foram redirecionados para fundos DI e títulos públicos, em instituições de grande solidez como Banco do Brasil, Caixa e Bradesco. As metas para os próximos meses incluem novas aquisições de títulos públicos, reavaliação das carteiras de renda variável e renda fixa, além da reclassificação de títulos atualmente marcados a mercado para marcação na curva. Essas ações visam consolidar a imunização da carteira, garantindo retornos seguros e sustentáveis. Por fim, o comitê reafirma o compromisso com a transparência, mantendo contato constante com gestores, órgãos reguladores e a presidência, além de publicar seus atos e relatórios, assegurando a legalidade e a clareza em todas as operações. Diante da apresentação, o Conselho Deliberativo aprovou por unanimidade o Relatório de Investimentos Julho/2025. Seguindo para o 2º item da pauta o Sr. Fernando de Moraes, Diretor do setor de Contabilidade e Orçamento do Instituto, apresentou o balancete referente a julho de 2025 e o andamento das Receitas e Despesas no mês de julho do corrente ano. Apresentou também os resultados financeiros e patrimoniais referentes aos meses anteriores e um comparativo entre os anos de 2024 e 2025. O Instituto tem a maior parte das despesas concentrada em pessoal (72%), enquanto as receitas estão fortemente impactadas pelo crescimento dos investimentos, que em 2025 já superaram o arrecadado em todo o ano de 2024. A comparação entre os anos mostra evolução significativa, especialmente pelo aumento expressivo da rentabilidade, consolidando os investimentos como principal componente da receita. O 3º item da pauta apresenta os relatórios: 3.1 apresentou os dados relacionados a gestão financeira da competência julho/2025, onde foi analisado os valores referentes a Taxa de Administração, Contribuições Previdenciárias, COMPREV, Parcelamento, Outras Indenizações, Rendimentos, Receitas e Despesas. Sobre a Taxa de administração, até o mês de julho já foi utilizado o

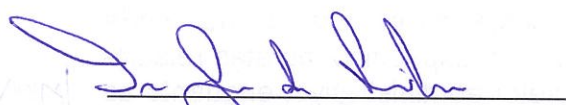
total de 27,48%, sobrando 72,52% para usar até o final do ano. No **subitem 3.2** apresentou o quantitativo de benefícios de pensão e aposentadoria no mês de julho de 2025, sendo 08 (oito) aposentadorias voluntárias, 01 (uma) aposentadoria por invalidez, 01 (uma) aposentadoria compulsória e 04 (quatro) pensões civis, totalizando até então a concessão de 104 (cento e quatro) benefícios no ano de 2025. Para apresentação dos **subitens 3.3 e 3.4**, tivemos a participação da Sra. Giovanna Valadão, Controladora Interna do ANGRAPREV, onde apresentou para aprovação os seguintes relatórios: O Relatório do Controle Interno julho 2025 e a Atualização do Plano Anual de Auditoria Interna 2025. No primeiro relatório foram apresentados os indicadores de desempenho, dos setores/serviços (Benefício, Folha de Pagamento, Investimentos, Financeiro, Arrecadação, Compensação Previdenciária, Procuradoria Jurídica, Tecnologia da Informação e Atendimento). No último período, o Instituto registrou avanços importantes em diferentes áreas de sua atuação, mas destaca que a retirada da área jurídica local teve impacto negativo, resultando em aumento do tempo médio de tramitação. Em relação ao Plano de Ação de 2025 foi atualizado, substituindo a área da procuradoria pela administrativa como foco de análise. As prioridades estabelecidas abrangem: a revisão dos procedimentos internos (compras, protocolos e manutenção), a gestão de contratos, o atendimento ao público e demandas institucionais, bem como o registro e a tramitação de protocolos. Em síntese, os dados demonstram avanços significativos na gestão de benefícios, estabilidade financeira e eficiência no atendimento, ainda que persistam desafios relacionados à rentabilidade dos investimentos e à necessidade de fortalecimento da área jurídica. Após todas as apresentações, ambos os relatórios foram aprovados por unanimidade. No **item 3.5**, tivemos a participação do Sr. Paulo Henrique Bulé, Chefe de Gabinete, no qual veio a apresentar a atualização da Política da Segurança da Informação, seu o Plano de Gestão de Risco e Segurança, incluindo os Manuais de Cópia de Segurança e de Controles de Acesso Físico e Lógico. Em sua apresentação, o Sr. Paulo Henrique informou que o objetivo central da política é estabelecer diretrizes que assegurem a confidencialidade, a integridade e a disponibilidade das informações institucionais, de modo a preservar os ativos de informação que o Instituto administra. Entre esses ativos estão dados sensíveis referentes à vida funcional dos servidores, como valores recebidos na ativa e na inatividade, além de registros provenientes de outras organizações. A política define responsabilidades específicas para diferentes agentes e apresenta diretrizes em áreas estratégicas, como: gestão da informação, gestão de incidentes, gestão de acesso à internet, redes sociais e e-mails, controle de acesso oficial, segurança física e ambiental, e segurança de equipamentos. Complementando esse documento, existe ainda um plano de gestão de risco e segurança, que funciona como ordem de contingência. Esse plano estabelece procedimentos padronizados a serem adotados em situações de risco e traz uma descrição detalhada do ambiente tecnológico do Instituto, que inclui servidores de arquivos, computadores e impressoras, cópias de segurança e controle de acesso. Assim, a Política de Segurança da Informação representa um instrumento essencial para o funcionamento do Instituto, garantindo a proteção dos dados e a prevenção de incidentes que possam comprometer suas atividades. Diante do exposto, o Conselho Deliberativo aprovou por unanimidade os referidos documentos. Em seguida, o Conselho deliberou sobre as novas datas das reuniões do Conselho, uma vez que as mesmas estão em conflito com as Reuniões da Elaboração do Novo Estatuto dos Servidores e que esta reunião conta com a participação de 02 (dois) membros titulares deste Conselho Deliberativo. As novas datas das reuniões passaram a ser 25/09/2025, 23/10/2025, 27/11/2025 e 18/12/2025, todas no horário das 14h. Durante a reunião, Natália questionou sobre quem seria o responsável por alimentar as informações no site do Angraprev. Em resposta, foi esclarecido que cada diretoria é encarregada de atualizar sua própria área. No caso específico, as atas relacionadas ao CONSAD e outros eventos são lançadas pelo setor administrativo, enquanto as

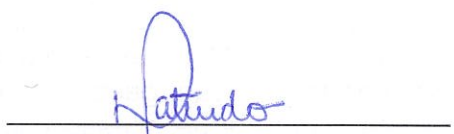
certificações ficam sob responsabilidade da Coordenação de TI. Apesar disso, foi destacado que o site apresenta falhas de atualização e organização, como informações desatualizadas, incluindo o organograma, que ainda exibe nomes de funcionários que já não fazem parte da instituição. Diante dessa situação, reforçou-se a necessidade de realizar uma revisão completa do conteúdo. Como medida de solução, o Sr. Carlos Renato, Presidente do Instituto, apresentou a proposta de criação da Diretoria de Tecnologia da Informação (TI), que atualmente não existe. A ideia é que essa nova diretoria possa assumir a responsabilidade pela gestão do site e demais sistemas digitais. No entanto, o grupo reconheceu as limitações atuais, já que a estrutura administrativa é enxuta, alguns servidores acumulam funções e não há pessoal exclusivo para a área de TI. Embora tenha ocorrido um concurso para esse setor, os aprovados não permaneceram. Por fim, foi ressaltada a expectativa de que a aprovação da nova lei possibilite a reorganização estrutural, criando condições para que haja profissionais dedicados exclusivamente à manutenção e atualização do site, solucionando assim os problemas recorrentes. Também foi destacada a falta de um setor jurídico próprio no Instituto, o que vem corroborando na morosidade das demandas internas, deste modo, o Conselho Deliberativo solicita que seja requerido junto a Secretaria de Articulação Governamental a cessão de um Assessor Jurídico para compor o quadro de funcionários do Angraprev e assim poder dar maior celeridade as análises jurídicas do Instituto. Passando para os informes, o Sr. Carlos Renato informou sobre o Café do Pagamento do mês de agosto que será realizado no dia 29/08/2025 às 9h na sede do Instituto e informou que a Consolidação das Leis do ANGRAPREV já passou pela Procuradoria Geral do Município, já foi realizada a impactação financeira e que agora encontra-se na Secretaria de Finanças para demais análises. Informamos que a Sra. Fabiana Júdice de Oliveira, não pode participar da reunião devido ao processo seletivo da Educação no qual ela faz parte da organização, deste modo, a Sra. Tânia Gomes da Silva, sua suplente participou da reunião. Assim sendo, nada mais havendo a ser tratado, eu, Mayara do Nascimento Rosa, secretariei e lavrei a presente ata, às 16:48 (dezesseis horas e quarenta e oito minutos), que após lida, será assinada pelos presentes.

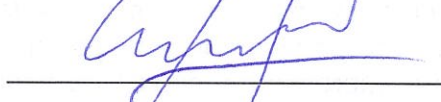

Carlos Renato Pereira Gonçalves
Certificação: CP RPPS DIRIG I

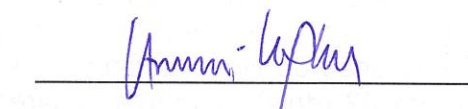

Mayara do Nascimento Rosa
Certificação: CP RPPS CGINV I / CP RPPS DIRIG I

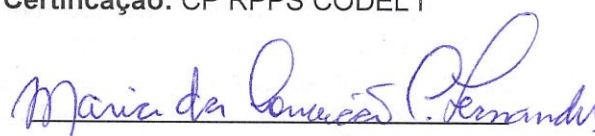

Charlson Haroldo S. Rodrigues
Certificação: CP RPPS CGINV I


Tânia Gomes da Silva


Natália Cristine Dourado Rodrigues
Certificação: CGRPPS


Mauro Ribeiro Garcia
Certificação: CGRPPS


André Gonçalves Malcher
Certificação: CP RPPS CODEL I


Maria da Conceição Costa Fernandes